

PE – PECH
26 janeiro 2021
Prioridades da Presidência portuguesa

Senhor Presidente da Comissão,
Senhores Deputados,

Gostaria de começar por agradecer a oportunidade para apresentar as prioridades da Presidência portuguesa para o mar, incluindo as pescas, nesta instituição à qual estou pessoalmente ligado e da qual guardo tão boas recordações.

Num debate que se pretende alargado, contamos inequivocamente com o Parlamento Europeu.

Como é do conhecimento de todos, a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), que decorrerá até junho de 2021, tem lugar num momento particularmente difícil, em que a pandemia de COVID-19 e as suas consequências socioeconómicas representam um desafio sem precedentes para a UE e os seus Estados-Membros, requerendo uma ação firme e abrangente.

No âmbito das pescas, devem ser reforçados os objetivos de garantir que as atividades da pesca e da aquicultura sejam ambientalmente sustentáveis a longo prazo e sejam geridas de uma forma consentânea com o propósito de gerar benefícios económicos e sociais, contribuindo também para o abastecimento de produtos alimentares.

Neste contexto, consciente da relevante dimensão social da Política Comum das Pescas enquanto pilar de sustentabilidade de comunidades costeiras e da coesão social, o objetivo da Presidência portuguesa é continuar a trabalhar para uma PCP sólida, resiliente e sustentável, baseada no conhecimento, capaz de ser transformadora e de constituir uma mais valia para as comunidades europeias ligadas à pesca.

A Presidência Portuguesa irá focar-se em três vetores essenciais:

- Guiar as negociações de TAC e quotas no pós-Brexit;
- Finalizar o regulamento do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura;
- Obter um acordo geral para o novo regime europeu de controlo da Política Comum das Pescas.

No imediato, a nossa prioridade vai para as negociações de TAC e quotas com o Reino Unido, bem como dar continuidade às consultas e chegar a um Acordo com a Noruega, parceiro estratégico para a União, assegurando a necessária celeridade para não pôr em causa a atividade tradicional da frota europeia.

Para além disso queremos concluir o regulamento do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura que pode contribuir para atenuar os efeitos da crise sanitária e promover a coesão económica e social das comunidades costeiras, fomentando um setor viável e competitivo.

Não posso deixar de sublinhar também a importância deste fundo para o conhecimento, favorecendo a interação entre pescadores e cientistas na gestão de recursos.

O controlo da atividade de pesca é parte integrante da sustentabilidade que pretendemos alcançar e uma componente essencial da Política Comum das Pescas. Por isso, Portugal pretende alcançar um acordo político relativamente à revisão do Regulamento de controlo, como instrumento promotor do cumprimento das normas em vigor e dissuasor de práticas não sustentáveis, que, simultaneamente, seja eficaz, simples e proporcional.

Contamos com o Parlamento Europeu na concretização destes objetivos.

Na perspetiva do abastecimento de pescado da União, importa ainda dar continuidade às operações da frota europeia em pesqueiros externos onde o Parlamento Europeu pode ter um papel fundamental para acelerar a aprovação de Acordos com Países Terceiros cuja negociação está em curso.

Reafirmando o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) e a promoção de pescas sustentáveis, importa igualmente dar continuidade aos trabalhos em curso no âmbito das Organizações Regionais de Pesca.

A relevância da Política Comum das Pescas, na Presidência Portuguesa, reflete-se também na organização de uma reunião ministerial de pescas, que terá lugar em junho, em Lisboa, na qual todos os ministros da UE serão convidados a discutir os desafios futuros desta Política, na prossecução de uma atividade de pesca sustentável, rentável e competitiva, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com a Estratégia da Biodiversidade.

Gostaria também de destacar outra importante prioridade da PPUE ou seja a Política Marítima Integrada e a nossa pretensão de aprovar Conclusões do Conselho sobre o importante dossier da economia sustentável do oceano.

A economia sustentável do oceano deve assentar em quatro pilares, baseados numa governação holística: Saúde do oceano, Conhecimento, Prosperidade e Solidariedade Social. Um oceano saudável é essencial para um oceano próspero. E a prosperidade tem de se basear no conhecimento, acompanhada pela solidariedade social.

É imperativo fomentar o desenvolvimento da economia azul sustentável, incluindo a biotecnologia azul, as energias renováveis oceânicas, a aquacultura sustentável e a alimentação com origem no mar, em geral, o turismo marítimo costeiro e a náutica, o green shipping e as tecnologias de segurança e vigilância marítima para a proteção do ambiente marinho.

No âmbito da Política Marítima Integrada, esta Presidência será marcada pela recuperação económica e social sustentável e pelos pilares do Pacto Ecológico Europeu – este deve reforçar os laços com uma agenda azul forte, focada no crescimento azul: circular, digital e descarbonizado. Daí procurarmos dar uma nova centralidade à Política Marítima Integrada e ao seu papel, traduzidos na negociação de Conclusões do Conselho sobre a mesma, a serem aprovadas na nossa Presidência.

Além do empenho na aprovação destas Conclusões, atualmente em análise no Grupo dos Amigos da Presidência, Portugal organizará uma conferência ministerial dedicada à Política Marítima Integrada e à concretização de uma agenda azul sólida, que reforce os ditames do Pacto Ecológico Europeu e o processo de recuperação económica e social da Europa. Esta conferência terá lugar, simbolicamente, no dia 8 de junho, dia mundial dos oceanos, em Lisboa, contando com a participação da sociedade.

A área governativa do mar foca ainda a atenção na Estratégia do Prado ao Prato e na importância de nesta se acentuar o papel do mar, incluindo da alimentação proveniente do oceano.

A Presidência acompanhará igualmente os fora internacionais relevantes, incluindo as questões relacionadas com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – como a prossecução das negociações do Acordo sobre a biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional, o início da Década das Nações Unidas da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável. Sublinha-se também a urgência do reforço do papel do mar no quadro da biodiversidade, incluindo na preparação da posição União Europeia para a COP da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Quero terminar recordando que o mar é incontornável para uma Europa que se quer azul, digital, social e global.

Defendemos que o mar é crucial na recuperação social e económica, na resiliência europeia, seja no importante papel das pescas e das comunidades pesqueiras ou na relevância da economia azul; é incontornável numa Europa azul e na agenda climática; é parte da Europa digital, cuja transição é transversal aos vários setores do mar, desde os mais tradicionais aos mais inovadores; é parte agregadora da Europa social, envolvendo as comunidades pesqueiras e todas as dimensões em que o mar integra o quotidiano dos cidadãos europeus; e é, finalmente, por excelência o espaço de união e interligação da Europa global.

Esta é a visão da Presidência portuguesa e os objetivos em que está empenhada, com a colaboração das instituições europeias, incluindo do Parlamento, e o envolvimento da sociedade.

Seremos uma Presidência ativa na construção de consensos, com capacidade de adaptação às circunstâncias e orientada para resultados. Promoveremos o diálogo, a participação e a unidade dos Estados-Membros. Só juntos poderemos empreender um caminho de esperança, confiança e credibilidade para o setor e para toda a União Europeia.

Conto convosco,

Obrigado